

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

º DA INEXIGIBILIDADE: 026/2018

DATA: 02/08/2018

VALOR: R\$-70.000,00 (Setenta mil reais)

OBJETO: Apoio financeiro à realização do XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia e XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 30 caput da lei 13.303/2016 e Art. 9º item 5, letras b e c do RLC/Banpará

CONTRATADO: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP

ENDEREÇO: Rua Augusto Correa S/Nº – Bairro: Guamá

CEP: 66075-900 Belém/PA

TELEFONE: (91) 4005 7423

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Augusto Sérgio Amorim Costa
Protocolo: 350537

CPL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2017

O Banpará S/A comunica a todos os interessados que daremos prosseguimento a sessão da ata complementar, que teve sua abertura no dia 03/08/2018 às 10h, e terá seu prosseguimento no dia 20/08/2018 às 10h (horário de Brasília) no site www.comprasnet.gov.

Márcia Teixeira

Pregoeira

Protocolo: 350204

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

CNPJ: 04.913.711/0001-08 - NIRE: 153.0000011-4

Avenida Presidente Vargas, nº 251, Campina

CEP 66.010-000 – Belém-Pará

FATO RELEVANTE

PAGAMENTO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DE 2018

Comunicamos aos senhores acionistas que o Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A., reunido em 13 de agosto de 2018, deliberou pagar Juros sobre Capital Próprio, relativo ao **segundo trimestre de 2018**, no montante de R\$17.721.131,52 (dezesete milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos), equivalente ao valor unitário por ação ON de R\$1,861141019, com retenção de imposto de renda na fonte de 15%, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos.

1. O pagamento ocorrerá em **29 de agosto de 2018**, conforme segue:

a) Os acionistas que possuem opção de crédito cadastrada no Banpará ou no Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira depositária das ações de emissão do Banpará, terão seus benefícios creditados em sua conta corrente automaticamente;

b) Os acionistas que não possuem opção de crédito cadastrada junto ao Banpará ou Banco Bradesco S.A. deverão, a partir desta data, procurar uma agência do Banco Bradesco S.A. para a atualização cadastral e, então, recebimento dos respectivos valores a que têm direito.

2. Terão direito aos Juros sobre Capital Próprio todos os detentores de ações do Banpará na **data base de 17 de agosto de 2018**.

3. A partir de **20 de agosto de 2018**, as ações da Companhia serão negociadas "Ex-direito" aos Juros Capital Próprio 2T2018.

4. Nos termos do Artigo 44, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia e do art. 9º da Lei nº9.249/95, sobre os dividendos serão deduzidos os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio, a cada exercício.

5. Os Juros Sobre Capital Próprio não reclamados prescrevem em três anos, conforme legislação em vigor (Lei 6404/76, artigo 287, item II), contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista. Belém (PA), 13 de agosto de 2018.

BRASELINO CARLOS DA ASSUNÇÃO SOUSA DA SILVA

Diretor de Controle, Risco, Planejamento e Relações com Investidores

Protocolo: 349382

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO

PARTES: SEPLAN E LUIZ EDUARDO TAVARES DA SILVA

MATRÍCULA Nº. 5937237/1

CARGO: TÉCNICO EM GESTÃO DE INFRAESTRUTURA-Engenheiro Civil

DATA DO DISTRATO: a contar de 06/08/2018

ORDENADOR RESPONSÁVEL: JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES
Protocolo: 350279

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº. 355/2018- DIAFI/SEPLAN, de 09 de agosto de 2018.

A Diretora Administrativa e Financeira em exercício da Secretaria de Estado de Planejamento, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 089/2018, de 01 de março de 2018, publicado no DOE nº 33569, de 02 de março de 2018.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,

CONSIDERANDO o Processo nº. 2018/156796,

CONSIDERANDO o que confere à Administração a prerrogativa de acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos celebrados, visando o cumprimento das obrigações contratuais e a prestação adequada dos serviços contratados, nos termos previstos no art.58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 – Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que a execução e fiscalização dos Contratos Administrativos no âmbito desta Secretaria serão efetivadas nos termos desta Portaria, e deverá obrigatoriamente ser acompanhada a execução por um servidor designado para fiscal do contrato, de acordo com o dispositivo no art. 67, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, com alterações introduzidas.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor HELDER AOOD DA SILVA, matrícula nº. 54193877/1 ocupante do cargo de Agente de Portaria, para a função de Fiscal e o servidor PAULO CICERO BARROS DA ROCHA, matrícula nº. 55589364/1 ocupante do cargo de Auxiliar de Procuradoria/Gerente, para função de Suplente do Contrato nº. 011/2018, firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN e a empresa NC COMÉRCIO, SERV. E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP. EIRELI.

Art. 2º - Fica estabelecido que as determinações que ultrapassarem as atribuições do Fiscal deverão ser solicitadas a Diretoria Administrativa e Financeira em tempo hábil, para a adoção dos procedimentos necessários, com vistas ao estrito cumprimento da execução do contrato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WANDA MARIA CARVALHO DE CARVALHO
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, EM EXERCÍCIO
Protocolo: 350698

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 359, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

A Diretora Administrativa e Financeira, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 089/2018-GS, de 01 de Março de 2018, e

CONSIDERANDO, Processo nº 355696/2018, de 08.08.2018;

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor PAULO CÍCERO BARROS DA ROCHA, matrícula nº 55589364/1 e CPF nº 604.064.532-68 ocupante do cargo de Auxiliar de Procuradoria/Gerente de Logística, lotado nesta Secretaria, Suprimento de Fundos no valor total de R\$-1.000,00 (hum mil reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária abaixo:

19.101.04.121.1424.8232.0101-339030 – Material de Consumo – R\$-600,00

339036 – Outro Serviço de Terceiro Pessoa Física - R\$-200,00

339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – R\$-200,00

O prazo para aplicação será determinado de acordo com o período da viagem, a contar da emissão da ordem bancária, devendo a prestação de conta ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o retorno do servidor à Sede.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, de 13 de Agosto de 2018.

WANDA MARIA CARVALHO DE CARVALHO

Diretora Administrativa e Financeira em exercício

Protocolo: 350611

DIÁRIA

PORTARIA Nº 358, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

A Diretora Administrativa e Financeira, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 089/2018-GS,

de 01 de Março de 2018, e

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e

CONSIDERANDO o Processo nº 355696/2018, de 08.08.2018;

R E S O L V E:

I - AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados à viajarem para o município de Santarém/PA, a fim de participarem da Organização

e condução da Audiência Pública de Elaboração da Lei Orçamentária Anual-LOA 2019 no referido município.

Nº	Nome	Matrícula	Cargo	Período	Nº de Diárias
01	William Frazão de Souza	57188912/1	Técnico em Gestão Pública	26 á 28.08.2018	2 e ½ (uma e meia) diárias
02	Maria Christina Monteiro Barbosa	57234582/3	Assessor de Comunicação	26 á 28.08.2018	2 e ½ (duas e meia) diárias
03	Paulo Cícero Barros da Rocha	55589364/1	Auxiliar de Procuradoria / Gerente	26 á 28.08.2018	2 e ½ (duas e meia) diárias
04	Márcia Aparecida de Souza	5903662/2	Chefe de Gabinete	27 á 28.08.2018	1 e ½ (uma e meia) diárias
05	Denísio de Jesus Costa Lima	5091462/1	Administrador/ Diretor	27 á 28.08.2018	1 e ½ (uma e meia) diárias
06	Paulo Sérgio da Silva Araújo	5715273/1	Técnico em Gestão Pública / Diretor	27 á 28.08.2018	1 e ½ (uma e meia) diárias
07	Vanderly Camelo Xavier	3153150/1	Técnico de Administração e Finanças	27 á 28.08.2018	1 e ½ (uma e meia) diárias

II – CONCEDER de acordo com as bases legais vigentes as diárias aos servidores, conforme o quadro acima.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, de 13 de Agosto de 2018.

WANDA MARIA CARVALHO DE CARVALHO

Diretora Administrativa e Financeira em exercício

Protocolo: 350621

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 362, DE 16 DE AGOSTO DE 2018.

A Diretora Administrativa e Financeira, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 089/2018-GS, de 01 de Março de 2018, e

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e

CONSIDERANDO a CI nº 014/2018/COFIS DE 09.08.2018.

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO as Portaria nºs 337 e 338, de 03.08.2018, publicada no D.O.E, nº 33.675 em 08.08.2018 que concede diárias e Suprimentos de Fundos aos servidores EDSON FRANCISCO DO NASCIMENTO JÚNIOR, matrícula nº 5896649/2 ocupante do cargo de Assessor Especial I e JOÃO ARAÚJO DA SILVA, matrícula nº 54191314/2, ocupante do cargo de Motorista, lotados nesta Secretaria.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, de 16 de Agosto de 2018.

WANDA MARIA CARVALHO DE CARVALHO

Diretora Administrativa e Financeira em exercício

Protocolo: 350635

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA CONVOCAÇÃO PÚBLICA

EDITAL DE SELEÇÃO nº 004 de 17 de agosto de 2018

O ESTADO DO PARÁ através da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, torna pública a realização de CONVOCAÇÃO PÚBLICA das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SAÚDE – OSS, habilitadas e qualificadas no Estado do Pará por decreto executivo, interessadas na celebração de Contrato de Gestão, cujo objeto consiste no gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO CAETES, situado no município de Capanema, neste Estado.

A presente seleção tem como fundamento legal o disposto no art. 1º da Lei 5.980, de 19 de julho de 1996, na Lei 6.773, de 23 de agosto de 2005 e no Decreto 3.876, de 21 de janeiro de 2000, com obediência às normas federais vigentes sobre a matéria e, ainda ao regimento correspondente às Normas do Sistema